

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ 400 ANOS DA EXPERIÊNCIA JESUÍTICA NA REGIÃO DO TAPE. DOS ÍNDIOS MISTURADOS ÀS REPÚBLICAS DE PEDRAS. O QUE DE FATO SABEMOS?

Esse dossiê foi organizado para situar os reflexos da experiência índio jesuítica no Tape como um saber interdisciplinar e não apenas para referendar um arcabouço teórico em alusão ao marco comemorativo dos 400 anos. Trata-se, portanto, de um exercício intelectual composto por 11 artigos que sem qualquer tipo de distinção inspiram situações referentes ao contato, a aproximação, o convívio, as práticas, o resultado, os patrimônios e tudo mais que fomente numa compreensão mais acurada do contexto e suas consequências temporalizadas e atemporais.

Sem concluir numa satisfação uniforme sobre o assunto o que reunimos confere num compilado de textos que interrogam os motivos e as condições que levaram à realização de um modelo de sociedade que foi mantido ininterruptamente por praticamente um século e meio. Trata-se, então, de um fato histórico que precisou ser construído num vagar de alianças e consensos. Mas não só.

Ocorre que de 1626 até o ano presente de 2026, muitas já foram as tentativas realizadas para retratar a atuação de uma ordem religiosa que decidiu colocar-se em direção a terras que desconhecia para assim empregar um envolvimento sem precedentes na história do colonialismo europeu. Paralelo a isso pouco se escreveu sobre os reveses de uma conquista continuada que acabou atingindo indistintamente a todos os povos originários que existiam na ocasião.

De qualquer modo, nos parece que o factual nesse caso, não só levou na realização de repúblicas de pedras como provocou implicações perduráveis para um cotidiano que precisou ser operado, sobretudo, na lógica de envolvimento, outrora concentrado em campos abertos e na dispersão de largos horizontes. Territórios antigos que despertavam incontáveis impaciências da terra prometida (Maeder, 2004).

Não é, certamente, um exagerado relatar que os jesuítas por onde transitaram, sempre procuravam interferir em territórios de longa duração. E no Tape essa situação não se fez diferente. Haja vista que a atuação daqueles se voltou a garantir localidades que transmitiam importância junto aos grupos nativos que longamente territorializados preservavam o começo, o meio e o fim de tudo que conheciam. Em que pese o acúmulo de probabilidades que serão elencadas na sequência, a intenção por parte da ordem religiosa desde a primeira aparição foi mantida a misturar as lógicas que pudessem tirar o máximo das comunidades que estavam pelo

caminho da ineangelização. E as consequências desse envolvimento conduziram a um estágio de renúncias de ambas as partes.

Aos poucos, o estado de sobrevivência prevaleceu e o que parecia distante se fez mais próximo. Com o tempo, os antigos lugares de atuação passaram a contar com a invenção de hábitos que confundiram e muito, as antigas tradições. Fixadas a cumprir uma realização de conquista, as reduções, passaram a disputar orientações sobre uma memória imóvel que “deixou” de ser de todos e que precisou ser fracionada de modo a facilitar na identificação de cada uma daquelas comunidades. Permanece, então, que algumas manifestações, especialmente comparáveis no tempo e no espaço histórico gerou numa ocupação dispersa sobre uma vastidão de terras que havia para a época.

Essa assertiva é o tipo de afirmação que certamente desconforta quem um dia tenha imaginado o contrário, porém, é interessante que não nos descuidemos em notar que tudo que conseguiram idealizar resultou em função de um todo regional precisou ser encarado nas suas estranhezas.

Há, evidentemente, o que acrescentar à temática de fundo. Por ora, a maneira que encontramos para situar a complexidade da questão foi agregar novos pareceres sobre o assunto. Queremos, sobre isso, não só aproximar a história realizada por historiadores, mas saber como temáticas correlatas podem ser aproveitadas por outros investigadores, sobreveste, de áreas próximas. Têm-se aí, um entendimento renovado e entrosado com outras áreas do conhecimento. A priori, o que antes parecia ser um processo criativo de foro individual assumiu uma característica revisionista sobre um problema geral.

Destarte, sem fazer qualquer tipo de combinação prévia ou sequer induzir a um tipo de padronização que fosse, os autores reunidos, tiveram apenas uma única pergunta de apoio para sustentarem suas exposições: **afinal, em 400 anos, o que sabemos?**

Afora o questionamento, é inevitável considerar que um assunto por menor que seja a sua relevância sempre que provoca temáticas pouco casuais. Conquanto, dessa vez as avaliações superaram todas as expectativas que tínhamos sobre o contexto, uma vez que permitiram acessar outros problemas, alguns inclusive, especialmente, inéditos. Esse é o caso que envolve o artigo que abre o dossiê, que traz como autores Tuani de Cristo e Fernando Laroque, onde juntos, chamam nossa atenção para situações que versam sobre a “história ambiental das missões”. Confere, sobretudo, num desafio teórico atual e em pleno amadurecimento que desafia as várias fases em que foram projetadas as comunidades setecentistas. Trata-se, sobremaneira, de uma reflexão de fôlego que procura conferir o traçado natural anterior ou que

por conta da presença dos jesuítas acabaram recebendo outras definições sobre o território que os índios conheciam desde idos não coloniais ou quando tudo correspondia e era conferido, tão somente, pela ancestralidade que mantinham e que em verdade só era exercida tão somente pelos mesmos.

Ora perfazendo o sentido telúrico que lhes era de comum antes da chegada do jesuíta, ora os determinando sob pressupostos novos que lhes aditavam o ritmo colonialista de desenvoltura.

Por sorte, essa situação não se aplica apenas aos reverses do contato, mas traz a voga a seleção étnica que foi colocada à prova de indígenas que em muitos casos não só precisaram reaver seus traços de ancestralidade como sofreram os impactos pelo rompimento dos *teyys*, ao ponto que levou na idealização do índio reduzido, em especial, o celebrado Guarani (SUSNIK, 1984). Trata-se, portanto, de um desafio etnohistórico. Sobre isso, o artigo de André Freitas da Silva lança luz sobre o contumaz entendimento, leia-se, equivocado e totalizante em que se viram envolvidas as etnias que existiam no entorno das reduções de “guaranis”. Notadamente, há uma outra maneira de interpretação que merece ser avaliada, uma vez que reporta, estar aí uma dificuldade tão proporcional e correlata quanto à aplicabilidade de tais investidas, no que pese o entendimento que ficou reservado aos indígenas, em especial aos reverses em que se viram envolvidos ou quando ainda se encontravam misturados em meio a diversidade indígena que existia até aportarem os primeiros jesuítas em solos do Tape.

Talvez por essas e outras lições a recomendação esteja em separarmos o resultado final de explicações que não procuram conceber o modelo na longa duração. Quando afinidades deixaram de ser notadas com a finalidade de dificultarem ao máximo no reconhecimento de dinâmicas e métodos de ensinar e aprender. Este aliás, é o argumento mais presente no texto realizado por Antonio Dari Ramos, quando de maneira muito icônica, demonstra que a salvação espiritual das almas Guarani, teria se dado em decorrência de um encontro de saberes, que acabou unindo os conhecimentos matemáticos da etnia e a matemática introduzida pelos missionários. Gerando, assim numa comunicação igualitária e disciplinada.

A novidade nesse caso é duplamente anunciada. Pois no mesmo tempo em que fica retratado um dispositivo que serviu para ambos, demonstra-se por aí um método prático e exercido especialmente no cotidiano daquelas comunidades. Trata-se, então, de um convite de leitura para quem acredita que o regramento em redução consistiu num acompanhamento de padrões e métodos de aprendizagem. Numa espiada sobre o assunto, fica a demonstração de que os jesuítas não desembarcaram com uma receita pronta. A isso, lhes foi preciso incluírem-

se na contagem e no entendimento de mundo que já acontecia muito anterior à presença física que construíram.

Nesse contexto de interações e de experiências, há, também, quem se importe com a funcionalidade pastoral e as adaptações que precisaram ser colocadas a cargo dos corpos indígenas. Daí deriva a projeção de um índio sem gênero e não normativo às categorias ocidentais. Nesta direção a proposta de Jean Baptista traz consideráveis acréscimos, dentre os quais, lançar o entendimento sobre os marcadores de natureza colonial, assim condicionados nos intramuros, em especial, aqueles que levaram na criação do homem indígena.

O impacto das avaliações que faz sobre o assunto conferem numa riqueza de detalhes que encontram eco teórico em assuntos caros da antropologia histórica. No que tange sua individualidade de avaliação é praticamente inevitável não fazermos algumas pausas na leitura e não nos reportarmos mesmo que “destraidamente” a clássica produção de Pierre Clastres (1978), sobretudo, as passagens que o estudioso fez sobre os índios Guayaki do Paraguai, quando descreveu o “índio do cesto” ou quando fez uso dos momentos de “ociosidades” que haviam entre uma atividade e outra, naquilo que seria uma espécie de organização igualitária da divisão sexual do trabalho. Nesta ordem, a história QUEER, ocupa um lugar de debate que não estamos acostumados a ler. O que é algo formidável porque nos permite fugir dos registros oficiais mantidos a “confiar” a orientação *sui generis* daquelas comunidades. Vinca um limite para os investigadores que sustentam suas pesquisas à cargo dos *padronamientos*, registros onde ficam conhecidos apenas as ilustrações de gêneros convencionados, isto é, casados, viúvas, meninos, meninas. A par e passo daqui para frente serão menores as chances em darmos continuidade à uma construção estrutural que relega ao esquecimento os corpos que foram inventados ou não, sempre que reportavam alguma importância para a contagem que era apresentada anualmente de modo oficial.

Verifica-se por aí, uma nova maneira de entender o ambiente reducional, como sendo um local de interação e das mais diversas orientações, onde por vezes, padrões disfarçavam e eram disfarçados no sentido de “melhor” retratar os números locais que acabavam chegando ao conhecimento de instâncias maiores com vistas a valorizar aquilo que Bernardo Nusdorffer classificou como uma conquista continuada (Furlong, 1962, p. 631). Já se repara, com alguma razão que a realização aconteceu em decorrência de um somatório de improvisos. O que implicou substancialmente em estratégias de adaptação que transpassaram o viver antigo.

Acertadamente se, por um lado, a projeção de evangelização da Companhia de Jesus é mais fácil de ser avaliada, o mesmo não podemos dizer sobre localidades que fogem aos

registros da literatura tradicional. E esse é justamente o objetivo central do artigo escrito por Tiago Janner e Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, onde fica desvendada a presença desse passado missioneiro numa região que sequer era referenciada como parte do contexto, como é o caso da quarta colônia do atual estado do Rio Grande do Sul, que é costumeiramente referenciada como uma terra que prosperou muito em decorrência das levas de imigrantes, em especial os de “origem” italiana e/ou alemã.

Na revisão disto, se hoje existem respingos do modelo reducional por terras que não eram geralmente atestadas, é porque o modelo em si, não foi por todo concluído. Uma constatação acerca disso nos leva ao conhecimento quão largos foram os campos missioneiros. E, se passamos a situá-los é porque existiram terras que não corresponderam apenas aos resultados oficiais da época.

Mais instigante é que superada a experiência reducional e à revelia de subsequentes dias de recomeços, o fato é que vastas áreas de terras acabarão por consagrar na fisionomia hegemônica e irreparável do latifúndio. E isso não se trata apenas de um mero acidente histórico. E de modo a tomarmos a medida do que representa, é uma grata satisfação podermos acompanhar a validade que essa temática ocupa por intermédio daquele que não só foi responsável por lançar as primeiras imaginações sobre, como foi quem conseguiu a aproximar a temática dos campos missioneiros para assuntos vinculados a América agrária. Falamos de Paulo Zarth, um historiador de primeira linha que tem uma trajetória de pesquisa dedicada a contextualizar o sul afastado e suas peculiaridades de “desenvolvimento”.

Para essa ocasião, procurou problematizar a sociedade missioneira que suportou os anos de guerra guaraníca, mas que desde então, inseriu a força escrava e consagrou a figura do peão explorado. Ficamos, assim, frente a uma variedade de agentes que desmistifica o contumaz mito do trabalho livre nas estâncias missioneiras, igualmente oferecido de modo equivocado pelos viajantes do século XIX. Hoje, ao contrário de outros tempos, as estruturas produtivas ficam conhecidas como ambientes que permitiam o desenvolvimento de negócios paralelos, como foi o caso dos camponeses ervateiros que bem souberam compreender da interação que se encontravam e passaram a tirar proveito por conta daquilo que conseguiam produzir e oferecer.

Na origem da questão, qualquer que seja a consequência generalizada que precise ser enfrentada, o inevitável está flexionado em diferentes imagens do passado, mas de modo algum podemos se descuidar do lugar de produção que exercemos. Tendo por hipótese essa afirmação, a proposta de José Luciano Gattiboni Vasquez traz uma relevante redação para o debate, quando esboça situações que talvez tenham sido preponderantes para fazer do município de São Borja,

um diferente regional. Que uma vez quando comparado simultaneamente com os demais municípios da região que de alguma maneira ou de outra conseguem tirar proveito por conta da temática, a localidade ao contrário, procura manter ressalvas significativas sobre o contexto. Consta-se, por aí não só um desmerecimento local junto à temática missioneira como traz a baila a demonstração do quanto a materialidade do assunto pode ficar condicionada a um esquecimento intencional ou ainda esbarrar em outros assuntos, então listados como prioritários.

De toda sorte e a curso do tempo imediato, eis que somos tomados pelo contraste eterno das coisas reais e a singularidade tal como são notadas. Ora dizendo muito, ora dizendo nada, porém, sempre deixando alguma brecha para antevermos revelações surpreendentes. Não por acaso Muriel Pinto, considera pertinente tomarmos em conta as paisagens e os marcos patrimoniais que mesmo decorrido, quatro séculos de tempo, ainda reservam, conforme sugere, sensibilidades que fazem despertar laços de pertencimento.

Em tela, o que o geógrafo nos oferece, têm haver com uma relação íntima que a sociedade do tempo imediato mantém junto a um legado cultural que originalmente falando, foi dado à sorte de reduzir distâncias de continentes que outrora se encontravam afastados por milhas marítimas. Tomando em conta o contexto sem cometer generalizações apressadas, tudo que conseguimos ser atualmente só foi possível porque os jesuítas precisaram se despedir dos portos europeus e se colocar em direção dos indígenas. O contrário disto, não aconteceu.

Esse detalhe é o mesmo que dizer que diretamente ou indiretamente, não existiu outra forma de aproximá-los, que não apenas por intermédio das águas. Sobre isso, muitos são os rios que já mereceram um registro de importância. E não seria justo fazermos todo esse apanhado se não reservássemos uma atenção que fosse para o rio que foi responsável tanto por aproximar como recurso de retorno, uma vez recomendada e desfeita a relação dentre ambos: o milenar rio Uruguai. Que ao exemplo do rio Amazonas, Yangtzé, rio Ganges, o Danúbio, o Sena, o Tamisa, o Nilo, é um ícone que inspirou e inspira poetas, escritores e apreciadores da sua característica hídrica, então um ativo histórico-cultural. Reza a lenda que das suas correntezas antigas nasceu o missioneiro. Um personagem que implica em concepções míticas, imaginadas e por fim, no estereótipo transfronteiriço. E é justamente disso que trata o artigo de Alex Sander Retamoso, quando volta suas atenções para as margens misteriosas do rio Uruguai e caracteriza o mesmo como “elemento não humano”, que uma vez sendo compreendido pela importância que lhe define, pode quiçá, reverter em um ator de política pública.

Dito de outra maneira, indiferente da margem que estejamos a falar, o rio Uruguai em si é a demonstração mais presente que podemos recorrer quando projetamos imaginações outras, sobretudo, quando as atribuímos como experiências inacabadas ou que não puderam ser tentadas novamente desde que ficou imposta a supressão e o retorno da ordem religiosa para o velho mundo no ano de 1767.

Certo do contexto que abarca o evento histórico, eis que Rodrigo Maurer se dedicou a fazer um balanço teórico através de outras frentes de trabalho que estão ocupando um espaço de debate naquilo que o mesmo considera ser um equilíbrio entre sucessos e fracassos. Mais do que encerrar debates sua preocupação está em demonstrar a vitalidade de um assunto que tende a reaver no presente aquilo que foi desfeito.

Revisando o todo pelo seu final, o que passamos a ter sobre esse legado é em outras palavras a demonstração do que atingimos enquanto sociedade de um tempo continuado. Para os mais céticos trata-se de uma impaciência sem igual, pois diante de tamanha grandiosidade de outrora o que não faltam são acúmulos de significados. Esse por exemplo foi o caminho adotado pelo último autor que encerra esse dossiê, diga-se um personagem póstumo do século XIX, que conheceu como ninguém o peso que reportavam as ruínas das reduções e a vitalidade que aquelas mantinham na Europa, mas que em solos brasileiros necessitavam ser melhor apreciadas e protegidas para as gerações do porvir. Trata-se de João Pedro Gay, religioso de nacionalidade francesa e naturalizado brasileiro pela majestade D. Pedro II.

Originalmente, sua análise foi publicada em 1842 no semanário Mercantil, com o título Viagem às Missões. Muito possivelmente, configura-se no primeiro gesto de preocupação pública expresso num meio de comunicação de longo alcance onde ficou manifesto os cuidados que precisavam ser tomados para garantir a defesa dos sítios históricos e da estatuária barroca.

Sua descrição é especialmente encantadora por que reporta a um tipo de escrita que fazia da riqueza de detalhes uma espécie de novela histórica voltada ao entretenimento do público que tinha no periódico o único recurso para se manter atualizado e conhecedor de culturas inusitadas. E o inusitado nesse caso, por mais extravagante que possa soar aos nossos ouvidos modernos, para a ocasião ficou conferido junto aos escombros e ao pouco que ainda restava dos antigos povoados. Ou como bem retratou seu autor, em ruínas que não seriam “menos dignas de certo estudo, do que foram as importantes ruínas de Memphis e de Thebas, a das cem portas, ou as de Pompeia e Herculano, ou as de Balbeck e de Palmyra, imortalizadas pela pena eloquente de Volney”.

Acerca disso, trata-se de uma redação sentimental que precisou ser materializada em formato de uma crônica visando atingir as consciências ilustradas para que pudessem em tempo se sensibilizar e tomarem alguma medida de amparo junto aos bens tangíveis que àquela altura já demonstravam um gradativo estado de desprestígio. O tempo acabou demonstrado que o pároco estava plenamente correto das considerações que fez. E tão certo quanto a vigilância que manteve em defesa daqueles patrimônios, foi a ação do tempo sobre os mesmos.

Tudo isso representado revelará aos leitores, sejam eles novos ou experientes que mais do que encerrar esclarecimentos sobre o assunto, cumpre, pois, elevarmos o nível do debate até que os quatro séculos da experiência do Tape possam despontar outros detalhes, quiçá ainda mais curiosos dos que ora foram lançados. E na certeza disso a lição que fica é: em território onde pairam ruínas missioneiras, sempre seremos aprendizes.

Por fim, resta, então, celebrarmos a realização desse dossiê temático e estendermos nosso agradecimento aos autores que permitiram a sua publicação. Que mesmo estando na condição de produtores de conhecimento, saíram ainda mais convencidos que o assunto em voga está rodeado por um contraste perpétuo de possibilidades, algumas inclusive facilmente perceptíveis, outras invariavelmente confusas, mas que uma vez enfrentadas, podem ser lidas, compreendidas, descritas e ainda quando revistas, sempre que reverterem em outros novos saberes.

Os organizadores

Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Dr. Rodrigo Ferreira Maurer

REFERÊNCIAS

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

FURLONG, Guillermo. **Misiones y sus pueblos de Guaranés**. Buenos Aires: Teorema, 1962.

MAEDER, Ernesto. **Misiones: história de la tierra prometida**. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

SUSNIK, Branislava. La cultura indígena y su organización social dentro de las misiones jesuíticas. **Suplemento Antropológico**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 7-19, 1984.